

Como construir um currículo negro? Uma reflexão sobre a presença negra nas áreas do saber

Edson da Silva Rodrigues LISBOA¹

Luís Fernando LOPES²

Marcia Maria Fernandes OLIVEIRA³

Resumo

Discorre-se sobre a necessidade de uma reconfiguração no currículo do ensino superior. Tem-se como problema que o currículo universitário brasileiro não considera pessoas negras nas distintas áreas do saber, algo que dificulta a representatividade. A hipótese se baseia no fato de haver inúmeras personalidades negras brasileiras, as quais possuem notoriedade em suas respectivas áreas do saber. Fundamenta-se esta pesquisa na noção de currículo em Sacristán (2000); representação em Arroyo (2015) e decolonialismo em Colaço e Damázio (2012) e Gomes (2019). Metodologicamente o estudo é bibliográfico e documental de cunho qualitativo e exploratório. Objetiva-se apresentar autores negros que são influentes em oito áreas do saber, utilizando-se, para isso, oito ementas de universidades federais. Os resultados indicam que é possível ser representatividade uma via de transformação social. Espera-se promover a reflexão sobre o porquê da ausência de negros no currículo da universidade brasileira.

Palavras-chave: Racismo. Representatividade. Universidades.

¹ Mestre em Educação e Novas Tecnologias. Centro Universitário UNINTER. <https://orcid.org/0000-0003-0695-1248>
E-mail: edsonrlisboa@yahoo.com.br

² Doutor em Educação. Centro Universitário Internacional UNINTER. <https://orcid.org/0000-0001-7925-9653>
E-mail: fernandocater@gmail.com

³ Doutora em Geografia. Universidade Federal do Paraná. <https://orcid.org/0000-0001-9755-0612>
E-mail: marfernandesoliveira@gmail.com

How to build a black curriculum? A reflection on the black presence in areas of knowledge

Edson da Silva Rodrigues LISBOA
Luís Fernando LOPES
Marcia Maria Fernandes OLIVEIRA

Abstract

This paper discusses the need for a reconfiguration of the higher education curriculum. The problem arises from the fact that the Brazilian university curriculum does not consider Black individuals in various fields of knowledge, hindering their representation. The hypothesis is based on the existence of numerous Black Brazilian personalities who are prominent in their respective fields of knowledge. This research is grounded in the notion of curriculum by Sacristán (2000); representation by Arroyo (2015); and decolonialism by Colaço and Damázio (2012) and Gomes (2019). Methodologically, the study is qualitative and exploratory, relying on bibliographic and documentary research. The objective is to present influential Black authors in eight areas of knowledge, using the curricula of eight federal universities. The results indicate that representation can be a pathway to social transformation. This study aims to foster reflection on why Black individuals are absent from the Brazilian university curriculum.

Keywords: Racism. Representation. Universities.

¿Cómo crear un currículum negro? Una reflexión sobre la presencia negra en áreas del conocimiento

Edson da Silva Rodrigues LISBOA
Luís Fernando LOPES
Marcia Maria Fernandes OLIVEIRA

Resumen

Se discute la necesidad de una reconfiguración del currículo de educación superior. El problema es que el currículum universitario brasileño no considera a los negros en diferentes áreas del conocimiento, algo que dificulta la representación. La hipótesis se basa en que existen innumerables personalidades brasileñas negras, que son reconocidas en sus respectivas áreas de conocimiento. Esta investigación se basa en la noción de currículo en Sacristán (2000); representación en Arroyo (2015) y decolonialismo en Colaço y Damázio (2012) y Gomes (2019). Metodológicamente el estudio es bibliográfico y documental de carácter cualitativo y exploratorio. El objetivo es presentar autores negros influyentes en ocho áreas del conocimiento, utilizando ocho programas de estudios de universidades federales. Los resultados indican que es posible que la representación sea un camino hacia la transformación social. Se espera promover la reflexión sobre el motivo de la ausencia de personas negras en el currículum universitario brasileño.

Palabras clave: Racismo. Representatividad. Universidades.

Introdução

Este estudo propõe uma abordagem teórica destinada a auxiliar indivíduos cujas capacidades e potencialidades são frequentemente diminuídas simplesmente devido a sua cor de pele. Os atos racistas não irão se abrandar naturalmente, pois não foram construídos naturalmente na vida das pessoas, mas são ensinados explícita e implicitamente em diversos espaços sociais, por meio de diferentes discursos, por exemplo, como a ideia de que uma pessoa vale menos na sociedade por sua aparência. Entretanto, se os sujeitos foram ensinados a desvalorizar, podem ser ensinados e aprender a valorizar.

Nesse contexto, é necessário (re)aprender que somente a diferença agrega, pois faz com que um indivíduo reflita e perceba que existe algo desconhecido. Com isto, se indaga: o que é aprendido? O conhecido ou desconhecido? Assim, a diferença oferece oportunidades constantes de (re)avaliação, como destacado por Rosa (2009, p. 177) “[...] para nos aceitarmos e para que o “outro” seja fonte de conhecimento e de vida, não um alvo de desprezo e de medo, válvula de escape para culpas e desequilíbrios históricos”.

A relação entre aprender e ensinar é dinâmica, na qual compreende-se que, ao ensinar, aprende-se, já que o educador, ao formular seus ensinamentos em sala de aula, inevitavelmente precisa formular e reformular diversas vezes seus conceitos a partir dos questionamentos dos estudantes. É com base nesse processo dialético de aprender e ensinar, o qual viabiliza a construção/desconstrução dos conteúdos, que se faz pertinente a inserção do tema racismo e assuntos relacionados, que podem ser (re)configurados, por meio do currículo, visando uma sociedade mais justa e equitativa.

Com essas reflexões propedêuticas, traz-se como problema que o currículo não considera pessoas negras nas distintas áreas do saber. Isso dificulta a consolidação de uma representatividade para inspirar e enaltecer a autoestima do grupo na sociedade brasileira, perpetuando a infundada tese de superioridade baseada na pigmentação da pele. Como é possível, então, proporcionar uma representatividade adequada para as pessoas negras?

Parte-se da hipótese de que há inúmeras personalidades negras brasileiras, as quais possuem notoriedade em suas respectivas áreas do saber. Contudo, essas figuras não constam nas ementas das universidades, algo que dificulta uma identificação positiva de um estudante negro com o seu grupo e, conseqüentemente, consigo mesmo, por não se conhecer, não ter história ou referência de passado, presente ou futuro. Portanto, trata-se de discutir uma reconfiguração curricular, atendendo a novos tempos, sob uma perspectiva decolonial.

Esta pesquisa se fundamenta na noção de currículo em Sacristán (2000); representação curricular em Arroyo (2015); e decolonialismo em Colaço e Damázio (2012). A partir desses autores, parte-se da premissa de que o currículo é dinâmico, sendo o projeto cultural de um grupo dominante em determinados períodos históricos. Dessa maneira, com lutas diárias, é possível alcançar uma mudança na representatividade curricular a fim de atender a demandas das minorias sociais.

No entanto, para alcançar esse objetivo, há a necessidade de se distanciar de um olhar eurocêntrico, voltando-se mais para os pleitos nacionais, com suas particularidades, direcionando-se para uma vertente intercultural, a qual “[...] envolve o reconhecimento da diferença, bem como a luta contra distintas formas de discriminação e desigualdade social” (MOREIRA; CANDAU, 2014, p. 12).

Metodologicamente, este estudo é bibliográfico e documental de cunho qualitativo e exploratório. Objetiva-se, de forma geral, apresentar autores negros influentes em suas áreas do conhecimento e que não estão nas ementas selecionadas, proporcionando, com isso, reflexões sobre os indicativos de desigualdade social entre as pessoas, em virtude de seus tons de pele. Dessa maneira, considera-se que uma sociedade comprometida com o desenvolvimento econômico, social, cultural e intelectual não deveria subjugar mais da metade de sua população (pretos e pardos) a condições de subcidadania, justificando, assim, a relevância dessa pesquisa.

Para se atingir esse objetivo, o texto foi organizado em três partes. Primeiramente, contextualiza-se o problema da pesquisa, em que se desenvolvem as noções de currículo, decolonialismo e representatividade. Na segunda parte, em consonância com o objetivo específico, são apresentadas oito áreas do saber (classificação para produção de pesquisas), aprovadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), utilizando-se, para isso, oito ementas de universidades federais, uma para cada área do saber. Por fim, na terceira parte, aventa-se a possibilidade de inserção, em cada ementa examinada, de autores negros que sejam pesquisadores de um respectivo segmento, com intuito de viabilizar um currículo equitativo.

Contextualização do problema

O ponto de partida é o problema da ausência de representatividade da população negra no currículo do ensino superior. Nesse cenário, objetiva-se apresentar autores cuja inclusão resultaria em um currículo equitativo e, conseqüentemente, menos racista. Pensar em um currículo intercultural é o primeiro passo desse processo, e a noção de decolonialidade é utilizada para que a história seja

recontada, reinterpretada, ressignificada no contexto latino-americano em vez do eurocêntrico (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012). Uma reconfiguração como essa se faz necessária para romper com a percepção de que os saberes passados pelo currículo são naturais e devem ser reanalisados como relações de poder contadas pelos dominantes (SILVA, 1995, p. 201).

Nesse sentido, decolonialidade é mais do que um termo ou uma noção teórica, desvencilhada de prática, conforme evidenciado pelas recentes pesquisas de Galvão (2018), Araújo (2019), Simões Junior (2019) e Santos (2020). Esses autores propõem formas de reestruturação curricular na vida das minorias sociais. Assim, a decolonialidade pode ser compreendida como um processo de ruptura de uma visão de superioridade de um grupo sobre o outro, fundamentada no conceito de raça. Todavia, raça é construção política, de cunho ideológico e não biológico (MUNANGA, 2003), portanto, desprovida de base científica (SCHWARCZ, 1994).

Uma das formas de se configurar um currículo sob a perspectiva decolonial é inserir representantes das minorias sociais de forma equitativa. Afinal, quem são os representantes no currículo de indígenas, negros, comunidade LGBTQIA+, integrantes de denominações religiosas afro-brasileiras, mulheres, refugiados, dentre outras minorias sociais? Se sempre forem apresentadas para um estudante, desde cedo e em poucas reflexões sobre a existência, a visão de um único grupo, como ele poderá desenvolver empatia social com as diferenças? (LISBOA; LOPES; OLIVEIRA, 2023).

Assim, é fundamental, sob uma perspectiva curricular decolonial, que as práticas pedagógicas visem criar “[...] condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ensaiem a experiência profunda de assumir-se” (FREIRE, 1996, p. 42). Para que esse “assumir-se” seja viabilizado, as noções de multiculturalismo, interculturalismo e decolonialismo precisam ser efetivas, ou seja, as diferenças precisam estar presentes, serem respeitadas e ressignificadas.

É importante frisar que currículo “[...] não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social [...] está implicado em relações de poder” (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 8). Trata-se de um programa “[...] seletivo de cultura, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada” (SACRISTÁN, 2000, p. 36). Nesse sentido, o currículo é um fenômeno complexo que deve ser analisado criticamente. Ele não é apenas um instrumento de transmissão de conhecimento, mas sim um elemento que participa da construção da

sociedade.

Parte-se do pressuposto de que esse condicionamento político pode ser recondicionado por outros grupos não hegemônicos e, com isso, pretende-se proporcionar “[...] currículos que traduzam as concepções, os conhecimentos, as culturas e valores de que são produtores e sujeitos os movimentos sociais” (ARROYO, 2015, p. 48). Currículo é luta, dentro de espaços e contextos históricos, nos quais uns conseguiram prevalecer sobre outros e, com isso, “[...] se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar” (SACRISTÁN, 2000, p. 17). Assim, o currículo está implicado em relações de poder, sendo usado para reproduzir ou questionar as desigualdades existentes na sociedade. Por exemplo, um currículo que privilegia a cultura e a história de uma determinada classe social ou etnia pode ser visto como um instrumento de reprodução do *status quo*.

Desse modo, desde que as minorias sociais consigam se conscientizar e se organizar, elas podem ser equitativamente representadas no currículo, dado que nele concentram-se “[...] visões sociais particulares (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 8). Ao alterar os grupos e suas representações, suscitam-se novas leituras de perspectivas de mundo. Ora, o currículo é um programa seletivo, que seleciona alguns conhecimentos e saberes, enquanto ignora outros com base em critérios que podem ser políticos, econômicos, culturais ou ideológicos.

À vista dessas ponderações, este estudo busca contribuir com o processo de mudança teórica curricular como base para mudança de pensamento. Acredita-se que, ao modificar as práticas pedagógicas (instrumentos práticos diários em sala de aula com base nos conteúdos expostos), pode-se ter uma reconstrução antirracista no currículo, que é “[...] um objeto que se constrói no processo de configuração, implantação, concretização e expressão de determinadas práticas pedagógicas [...]” (SACRISTÁN, 2000, p. 101).

Apesar da complexidade do problema, esse redirecionamento é factível, pois existem pessoas propensas, em todas as camadas sociais, a realizar mudanças para uma sociedade mais equitativa, considerando que “[...] currículo é uma prática [...] isso significa que todos os que participam nela são sujeitos, não objetos, isto é, elementos ativos” (SACRISTÁN, 2000, p. 165). Se são ativos, são agentes culturais aptos a novas formas de condução das políticas públicas. De modo geral, nota-se que o currículo é um instrumento que pode ser usado para promover a equidade social. Por meio do currículo, é possível selecionar conhecimentos e saberes que representem a diversidade da sociedade e que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e críticos. Nesse sentido, na próxima seção, apresentam-se algumas considerações sobre racismo e representatividade no currículo universitário.

Considerações sobre racismo e representatividade no currículo

Uma pessoa precisa ser considerada a partir da sua capacidade de diferenciação, independentemente de sua contribuição social, pois “agregar algo em, ou para” tem caráter subjetivo. Cada um interpreta de uma maneira, por isso, trata-se de um elemento que contém juízo de valor moral. Desse modo, a pessoa deve ter valor pelo simples (ou complexo) fato de existir, e não pelo que faz, fez, aparenta ser ou de fato é. A cor de pele é um elemento que não se fundamenta para desvalorizar uma pessoa, uma vez que é um atributo físico posterior, que não retira a prerrogativa da existência.

A ausência de leis expressas de inclusão, logo após a escravidão, ratificou a imagem para os brasileiros e para o mundo de que não racismo no Brasil, como nos Estados Unidos ou na África do Sul (ORTEGAL, 2018). É notória a presença do racismo no Brasil, entretanto, com particularidades. O racismo pode ser compreendido como um processo “[...] de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social [...] definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada)” (LIMA; VALA, 2004, p. 402). Nota-se, dessa maneira, que o racismo não é apenas um problema individual, mas também um problema estrutural, enraizado nas instituições e nas relações sociais da sociedade.

O racismo se sobrepõe e transpassa o aspecto econômico e, por assim ser, não se pode afirmar que uma pessoa negra sofre discriminação pelo fato de ser desprovida de recursos financeiros ou *status* social. Embora a posse de recursos possa proteger a pessoa de ser exposta a situações vexatórias, haja vista sua possível influência e poder de enfrentamento, ela não a isenta de ser vítima de ações racistas, pois a tonalidade da pele não se modifica com bens ou influência social. Dessa forma, infere-se que o racismo é um problema que precisa ser enfrentado de forma ampla, incluindo ações para combater o preconceito e a discriminação, bem como para transformar as estruturas sociais que sustentam o racismo. Entre essas estruturas, destaca-se o currículo universitário e escolar.

É plausível sustentar a noção de atos racistas no Brasil de três formas: racismo sem racistas, pigmentocrática e cordial; eis uma breve menção a estas formas. No racismo sem racistas (BONILLA-SILVA, 2017), acredita-se na existência de um racismo estratificado na sociedade, porém é social e não individual. Por isso, é raramente admitido por alguém, uma vez que cada um compreende os atos particulares de sua vida cotidiana como condizentes e apropriados eticamente, independentemente da cor de pele de alguém.

O racismo pigmentocrático centra-se na ideia de que, quanto menos pigmento uma pessoa

tem, menos exclusão sofrerá (FILHO; VIEIRA; ROCHA, 2019). Baseia-se mais no fenótipo (NOGUEIRA, 2007), ou seja, o ato racista depende da intensidade de melanina e de como isso é visto por uma pessoa ou grupo. Assim, o racismo pigmentocrático ou fenotípico leva a uma discriminação da pessoa pelo “colorismo”, isto é, uma distinção subjetiva nas relações particulares a partir da cor da pele. Isso pode influenciar uma pessoa a desejar ser vista ou chamada de morena, mulata, parda, com o intuito de se afastar de situações de violência racista cotidiana. Com isso, cria-se a sensação de não haver racismo, pois nem todos os negros sofrem discriminação, seja explícita ou implícita, e cria no imaginário social a ideia de que atos racistas são casos isolados.

Já o racismo cordial pode ser interpretado como concessões de cortesia cotidianas de pessoas privilegiadas aos que se aceitam uma condição de subserviência e não exigem, questionam ou reivindicam uma cidadania plena de direitos na sociedade. Assim, haverá “cortesia” enquanto houver abdicação de pleitos equitativos nas relações sociais. Isso é considerado, portanto, campo privado e não há interesse coletivo e, conseqüentemente, sem demanda às esferas do poder público. Em outros termos, acredita-se, convenientemente, que o racismo não passa de uma comunicação malograda (TURRA; VENTURI, 1995).

Parte-se do pressuposto que, contra os tipos de racismo aqui expostos — pigmentocrático, cordial e racismo sem racistas — devem ser criados mecanismos de proteção à dignidade humana das pessoas negras. Isso pode ser explicado pelo fato de que a maioria das pessoas aprendeu na escola, por meio do currículo, conteúdos de livros didáticos, exemplos e comportamentos, de que é normal a condição do negro no Brasil. Essa suposta normalidade pode gerar conformismo e falta de reflexão sobre a escassez de negros atuando como médicos, diplomatas, juízes, promotores, procuradores, defensores públicos, auditores, professores universitários, políticos, entre outras profissões com rendimentos acima da média salarial do cidadão brasileiro e de alta influência social.

Diante do exposto, questiona-se: como as universidades podem cooperar para dirimir esse quadro? Uma alternativa plausível é apresentar exemplos inspiradores por meio de um currículo equitativo, que inclua a representatividade negra. Para tanto, busca-se, neste estudo, apresentar autores negros que são influentes em oito áreas do saber, utilizando oito ementas de universidades federais. Assim, a representatividade é tratada aqui como uma reflexão acerca de se relacionar com as pessoas, reorganizar o sentido de aprender e ensinar, permitindo reconsiderar relações de apreciação e depreciação de pessoas. Por que algumas pessoas foram valorizadas, enquanto outras foram menosprezadas, inferiorizadas?

Compreende-se, aqui, representação como um processo implícito, simbólico e subjetivo de

vinculação identitária e emocional de uma pessoa ou grupo a uma figura que possua identidade consolidada e legitimada. Assim, “[...] representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’” (WOODWARD, 2000, p. 91).

Nesse contexto, o que se busca em uma proposta curricular é uma representação positiva da identidade negra, considerando a identidade como uma análise subjetiva, reflexiva do sujeito para consigo e para com a sociedade. O que se pretende ressaltar aqui é que identidade se modifica “[...] uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado [...] [e] pode ser ganhada ou perdida” (HALL, 2003, p. 21). Logo, se a representação mudar, a identidade pode ser mudada, já que a identidade está em construção.

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros (GOMES, 2002, p. 39).

A partir da premissa de que identidades se constroem dinamicamente, atribui-se relevância a esta pesquisa. Afinal, é possível diminuir o racismo com maior representatividade de um grupo. Pode-se, portanto, proporcionar um redirecionamento para si, já que, quando há identificação entre as pessoas, é possível haver valorização mais significativa de si, o que se explica pelo fato de características internas não valorizadas passarem a ser ressignificadas quando vistas em outra pessoa.

Consequentemente, ao ver uma pessoa que se destaca na sociedade e possui características comuns e possíveis de estarem presentes em outros, há provavelmente uma chance de identificação e, com isso, mais tolerância e aceitação. Desse modo, a representatividade é um caminho, dentre outros, de se reconhecer enquanto pessoa e, consequentemente, como cidadã dotada de direitos e deveres na sociedade. Demonstrar as capacidades e potencialidades da história de vida é possibilitar às pessoas, especificamente as que estão em formação, escolher posições intelectuais, pessoais, profissionais e se projetar no mundo. Todavia, como se projetar se não há referências para isso? Como acreditar em seus potenciais se, em tenra idade, foi levado a acreditar que pertence a um grupo inferior?

Ao observar que todos os seus “representantes” se concentram na parcela mais pobre, marginalizada e estigmatizada da população, há grande probabilidade de a pessoa acreditar que o seu destino natural será o mesmo, pois acredita que isso é algo “natural”. Nesse sentido, como criar

mecanismos de extirpação ou, no mínimo, de abrandamento de um preconceito reforçado ao longo dos tempos, cristalizado e naturalizado de ser o negro uma pessoa inferior? Considera-se que, a partir do momento em que o estereótipo for gradativamente combatido, há de se ter uma diminuição no racismo instituído na sociedade.

O currículo pode ser um instrumento vital, essencial para essa função, dado que favorece a transformação e internalização do imaginário, valores, culturas e, conseqüentemente, condutas sociais cotidianas, a partir dos autores que são as referências para a assimilação de novas visões ou revisões das crenças e saberes instituídos. É perceptível um avanço, no contexto atual, da obrigatoriedade jurídica da presença dos estudos étnico-raciais, por meio da Lei nº 10.639, sancionada em 2003, que alterou a LDB de 1996 e instituiu o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Contudo, por vias legais, não se altera o imaginário popular e isso requer tempo e práticas pedagógicas curriculares para se chegar a condições de equidade (ARROYO, 2007). Afinal, não é inspiradora a forma como o negro é apresentada no currículo, de maneira sempre subjugada e segregada.

No momento em que os setores populares repolitizam o papel dessas representações inferiorizadas ao longo da história da sua segregação, subordinação e negação de seus direitos, o campo das representações sociais passa a ser um dos campos de disputa política, mas também pedagógica. As formas de pensar os educandos condicionam as formas de educá-los (ARROYO, 2012, p. 125).

A presença obrigatória no currículo é uma exigência legal. No entanto, é necessário avançar na forma como essa norma é implementada, uma vez que a sub-representação não atinge o que se pretende para a população negra do Brasil. Assim, “[...] uma das primeiras tarefas será limpar os currículos do campo dessas representações [...] desconstruí-las e abrir espaços para as identidades positivas” (ARROYO, 2015, p. 61). A desconstrução e reconstrução do currículo para uma sociedade justa deve considerar os valores e tradições em todas as áreas. Segundo Arroyo (2015, p. 66) “[...] esses saberes, representações que os movimentos sociais, em sua diversidade, vêm afirmando deverão ser os referentes para elaborar os currículos”, pois não se deseja uma inserção curricular sem compromisso ético com as minorias. Por isso, há de se compreender como e por que está sendo pautada a discussão acerca do currículo.

Com essa perspectiva, o combate ao racismo por meio do currículo é um projeto de curto, médio e longo prazo. Uma vez modificado, o currículo poderá surtir efeitos em quem estuda, a médio prazo na atuação profissional desses estudantes e, por conseguinte, criar condições para a internalização do conteúdo assimilado. Em outros termos, a educação do ódio dará lugar paulatinamente ao ensino do

amor e da equidade social. Ao mesmo tempo, a sub-representação pode se converter para um *lócus* de atuação política para um movimento de sujeitos atuantes, engajados e organizados com plena participação cidadã.

É implausível que as pessoas negras não estejam presentes no currículo ou, quando estão, apareçam aviltadas nas relações sociais. Uma das prováveis explicações para isso está relacionada à história da escravidão brasileira, tão tardiamente cessada. Os espaços geográficos, sociais, políticos e culturais mais valorizados e disputados, evidentemente, estavam à disposição dos mais favorecidos. Se essa explicação é razoável, naturalmente, não seria diferente o espaço curricular, o qual, na perspectiva de Sacristán (2000), é um reflexo da sociedade.

Com isso, aqueles que são notáveis na sociedade também são notáveis no currículo, enquanto os marginalizados são igualmente marginalizados em suas representações curriculares. Sob essa lógica, a representatividade negra é fundamental para sensibilizar as pessoas para uma mudança de perspectiva em relação à discriminação racial; isso por um fato simples: como alterar os padrões dos valores, a partir dos valores do próprio colonizador? Contar com autores negros representativos no currículo é ter provavelmente a oportunidade de um redirecionamento. Uma oportunidade lenta e gradual de observar um cenário de dominação, não de harmonia, pois não se pode olvidar do processo de cristalização, internalização e naturalização de que há uma sociedade harmônica reproduzida na clássica obra de Gilberto Freyre, na qual uma pessoa identifica sua condição social de subcidadania como comum (SOUZA, 2005).

Essa referida subcidadania perpetuar-se-á enquanto for ignorada a “[...] eficácia de estruturas objetivas que constroem a hierarquia do valor” (SOUZA, 2005, p. 93). Essas estruturas refletem-se no currículo e por serem constituídas e mantidas por grupos dominantes conduzem a uma “[...] invisibilidade teórica e política as verdadeiras causas da marginalização massiva de setores expressivos dessas sociedades” (SOUZA, 2005, p. 93). É necessário, portanto, requisitar uma visibilidade curricular no plano teórico, para que se torne prática, introduzindo novos nomes, referências negras nos ementários.

Evidencia-se, ainda, que se essas figuras de um novo possível ementário não forem ativistas e defensoras da causa, serão, ao menos, um rosto, um novo padrão de beleza, que reformula o imaginário de quem vê, levando a uma identificação, no mínimo, com a cor da pele. Essa identificação pode conduzir, rapidamente, a uma percepção de sintonia, vinculação que desperta emoções, transpondo a outrem a possibilidade de reinvenção, de olhar para si a partir do outro como referencial.

Assim, sabendo que o padrão é uma construção social em determinado contexto, é possível refazê-lo, e [...] “esse é o papel da discussão sobre cultura negra na educação: ressignificar e construir representações positivas sobre o negro, sua história, sua cultura, sua corporeidade e sua estética” [...] (GOMES, 2003. p. 81).

Metodologia

Realizou-se a análise dos dados disponibilizados nos sítios eletrônicos das universidades selecionadas, no período de abril a maio de 2022: os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) e as referências básicas e complementares do ementário específico, no qual constam os objetivos dos cursos de oito universidades federais brasileiras, em oito unidades federativas distintas, abrangendo as cinco regiões brasileiras (norte, sul, nordeste, norte e centro-oeste). Pretendeu-se abordar as oito áreas do saber, classificadas e aprovadas pelo CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a saber: Ciências Humanas, Sociais, Saúde, Agrárias, Biológicas, Exatas, Engenharia e Linguística.⁴

O critério de inclusão das universidades deu-se pela disponibilidade de dados em seus projetos pedagógicos, nos quais contivessem explicitamente os autores e suas respectivas obras. Assim, foram contemplados oito cursos, a saber: Filosofia, Engenharia Química, Medicina, Agronomia, Matemática, Direito, Letras e Biologia. Frisa-se que, por uma questão de privacidade e zelo dos dados das instituições, os as universidades foram nomeadas por letras do alfabeto, atribuídas aleatoriamente, sem nenhum vínculo com o nome da respectiva universidade.

4 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>. Acesso em: 10 maio 2022.

Tabela 1 – Áreas do Conhecimento, Cursos e disciplinas

Regiões	UF	Nome	PPC	Áreas do conhecimento	Cursos	Disciplinas
SUDESTE	SP	A	2020	Ciências Humanas	Filosofia	História da Filosofia Moderna, Contemporânea
	MG	B	2019	Engenharias	Engenharia química	Bioquímica
NORDESTE	CE	C	2018	Ciências da Saúde	Medicina	História da Medicina Psiquiatria
	BA	D	2015	Ciências Agrárias	Agronomia	Política e Desenvolvimento Rural Extensão Rural.
SUL	RS	E	2019	Ciências Exatas e da Terra	Matemática	Matemática Sociocultural Laboratório de Educação Matemática
CENTRO-OESTE	MS	F	2020	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	Educação das relações étnico-raciais Direito Comparado
NORTE	RN	G	2017	Linguística, Letras e Artes	Letras	Estudos avançados de Literatura Africana em Língua Portuguesa
	AC	H	2017	Ciências Biológicas	Biologia	Desenvolvimento celular: evolutiva, molecular, tecidual e estrutural

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados pesquisados.

Apresentação e análise dos dados

No curso de Filosofia da universidade “A”, discorre-se sobre a essencialidade da existência, no intuito de se dissolver ou instituir conceitos na sociedade e por todas as áreas do saber, de modo que é vital haver pensadores discutindo fundamentos que proporcionem uma reconfiguração de valores sociais, existenciais, os quais orientam os comportamentos diários. Nesse contexto, reavaliar formulações no plano abstrato é, necessariamente, prover subsídios de análise de vida prática para as pessoas, que podem ser teorias de vida, aplicadas em todos os segmentos sociais, principalmente para campos do saber de execução imediata e que não facilitam reflexões constantes em suas atividades.

Os mencionados subsídios de análise, que falam genericamente sobre a vida, são conceitos externalizados por autores, especialmente os denominados clássicos, que explicitam direta ou indiretamente sobre todos os planos existenciais, formulando constructos sociais. No que tange especificamente à reconstrução curricular equitativa, tem-se, no currículo da graduação de Filosofia da Universidade “A”, a presença de alguns clássicos de pessoas renomadas nessa área do saber.

Nesse contexto, é possível que as mesmas obras estejam em qualquer outra ementa de Filosofia, pois são de notório conhecimento público. Alguns desses clássicos da Filosofia, ilustrados aqui por Kant, Heidegger, Marx, Tocqueville e Comte, a depender do direcionamento dado, não contribuem com uma ressignificação ou repadronização dos valores sociais, nem contribuem para um currículo

mais equitativo; pelo contrário, ratificam o *status quo* e não favorecem visões decoloniais. (PRAXEDES, 2008; PANSARELLI; PIZA, 2017). Um dos motivos pelos quais isso ocorre é que esses pensadores serem vozes de seu tempo e contexto, pois contextos distintos e dificilmente externalizariam outras meditações.

No entanto, para extirpar ou ao menos amenizar os atos de discriminação racial, é essencial inserir outros pensadores nos currículos destinadas aos temas contemporâneos, da história do pensamento no século XX e XXI, de forma interdisciplinar, tendo como escopo trazer representatividade do pensamento filosófico na visão de pessoas negras. Dessa maneira, apresentam-se aqui dois autores: Milton Santos e Lélia Gonzalez, cujas influências podem ser notáveis no plano da filosofia jurídica e social. Em virtude de sua representatividade, poderiam ser nomes a serem considerados na universidade “A”, a qual já conta com Sueli Carneiro, nome significativo para o movimento negro.

Milton Santos (1926-2001), brasileiro, não tem formação específica em Filosofia, contudo, é considerado um expoente nas ciências humanas. É geógrafo e jurista, jornalista, doutor em Geografia pela Universidade de Strasbourg, França, sob orientação do Prof. Jean Tricart. Conquistou, em 1994, o Prêmio Vautrin Lud, o Nobel de Geografia e o prêmio Jabuti de 1997 para o melhor livro de ciências humanas, com *A Natureza do Espaço*. Milton Santos teve ampla atuação no campo teórico, no Brasil e no mundo, atuando como professor universitário em distintas universidades nacionais e estrangeiras, com destaque para as universidades de São Paulo, Toulouse, Bordeaux e Paris-Sorbonne, sem desconsiderar as suas atuações junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Deixou uma vasta obra, com dezenas de livros e uma infinidade de textos, artigos e capítulos, muitos dos quais de crítica a movimentos antiglobalização.

Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994) tem formação acadêmica em História, Geografia e Filosofia pela Universidade do Estado do Guanabara (atual UERJ), mestrado e doutorado em estudos antropológicos e políticos, direcionando para as questões de gênero e de etnia. Lecionou no ensino básico, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bem como Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Lélia integrou, em 1985, o primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e representou o Brasil, na década de 1980, em debates sobre o movimento negro em eventos nos Estados Unidos, na África e na América Latina. Dentre suas obras, ressalta-se *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*, organizada por Flavia Rios e Márcia Lima, que concentra os principais escritos da filósofa.

A universidade “B”, no Estado de Minas Gerais, é examinada aqui no campo do conhecimento

das engenharias, por meio da graduação em Engenharia Química. Dentre os muitos assuntos estudados no campo das engenharias, têm-se os átomos, gases e bioquímica, caracterização e dinâmica de partículas e novas tecnologias, todas inseridas na ementa examinada, confeccionada em 2019. Contudo, não há menção ao nome de Viviane dos Santos Barbosa, que desenvolveu um premiado trabalho na Holanda sobre catalizador para redução de gases poluentes.

A especialidade da cientista Viviane dos Santos Barbosa é a nanotecnologia, um campo de atuação multidisciplinar, que pode ser considerado pertencente ao campo do saber da engenharia química. Portanto, seria pertinente uma menção à cientista no currículo. Um ponto importante a se destacar sobre essa autora é o seu papel no estímulo à criação de um espaço próprio para a identidade negra. No caso da cientista Viviane, esse papel é extremamente significativo, pois inspira estudantes a seguirem as mesmas trilhas, ressignificando o ideal da beleza, da inteligência, da capacidade e do lugar de cada um na sociedade.

Em outras palavras, pessoas tendem a seguir padrões preestabelecidos; se não há negros que inspiram, não há motivo para se tornar um modelo. Assim, pergunta-se: por que não há? Ilustra-se esse comentário a partir de um trabalho feito pela revista Nova Escola, em 2014, com alunos de 13 e 14 anos sobre a cientista. Nesses vídeos compartilhados, cada adolescente apresenta um pequeno trecho da vida de Viviane, ressaltando aspectos pessoais, acadêmicos e profissionais. Esses elementos mencionados pelos estudantes modificam comportamentos e formas de se enxergar as pessoas, demonstrando que não há fundamento em qualificar ou desqualificar uma pessoa pela cor de sua pele.

Na Universidade “C”, localizada no estado do Ceará, a graduação em Medicina foi escolhida para representar a área do conhecimento das ciências da saúde. No componente curricular destinado à história da medicina, não há nenhuma menção aos saberes apreendidos com os negros ou indígenas. A única referência feita aos negros está explícita quando se salienta o compromisso do currículo com a legislação das diretrizes curriculares com a educação das relações étnico-raciais, englobando também pessoas com deficiência, educação ambiental e ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

No currículo do curso de Medicina da Universidade “C”, embora exista uma obra específica sobre história da medicina escrita por Albert Lyons e Joseph Petrucelli (1997), ela não faz alusão a nenhuma contribuição da minoria negra para a medicina. Isso levanta a questão: será que não haveria nenhuma participação do negro na história dessa ciência? Uma das áreas contempladas na medicina é a psiquiatria. No componente curricular com carga de 48 horas destinado a essa área, são

mencionados dois compêndios e uma obra referindo-se à emergência psiquiátrica. No entanto, não há nenhuma menção ao médico negro Juliano Moreira, considerado por alguns teóricos como fundador da disciplina psiquiátrica, conforme revelam os estudiosos Paulo Dalgallarrondo e Ana Maria Galdini Raimundo Oda:

Juliano Moreira (1873-1933), baiano de Salvador, é frequentemente designado como fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil. Sua biografia justifica tal eleição: mestiço (mulato), de família pobre, extremamente precoce, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos, graduando-se aos 18 anos (1891), com a tese "Sífilis maligna precoce". Cinco anos depois, era professor substituto da seção de doenças nervosas e mentais da mesma escola. De 1895 a 1902, frequentou cursos sobre doenças mentais e visitou muitos asilos na Europa (Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Escócia) (ODA; DALGALLARRONDO, 2000, p. 178).

O curso de Medicina foi contemplado aqui por ser tradicional no Brasil e possuir muita visibilidade nacional e internacional. Se, na ementa, houvesse um referencial de uma pessoa negra da área, poderia ser um referencial inspirador, um ícone para futuros médicos brasileiros e estrangeiros.

Na Universidade "D", o projeto pedagógico de 2009, ratificado pela grade curricular de 2015, examina o curso de Agronomia, inserindo na área de Ciências Agrárias. O desafio dessa área é, grosso modo, equilibrar a exploração da terra com a conservação do meio ambiente. Um dos assuntos relevantes em nosso país é a reforma agrária, sendo de fundamental interesse coletivo e, por isso, deve ser discutido de forma interdisciplinar, sendo um dos pontos presentes na graduação em Agronomia, uma vez que pertence ao campo de atuação de professores e estudantes.

Para discutir diretamente o tema, a ementa da Universidade "D" disponibiliza duas disciplinas: Política e Desenvolvimento Rural e Extensão Rural. Uma obra específica para ser explanada aos estudantes é *Agricultura brasileira e reforma agrária: uma visão macroeconômica*, de 1999. O autor é Ary Burger, graduado em Ciências Econômicas, em 1950, e foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ademais, Burger foi diretor do Banco Central no governo do general Costa e Silva, dentre diversos cargos no Brasil e exterior, possuindo várias obras relacionadas à sua formação de base.

Para se fazer um equilíbrio, apresenta-se um autor negro, Elson Borges dos Santos, membro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mestre em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), membro da coordenação nacional da Rede Ecológica de Agroecologia e certificação participativa de orgânicos. Santos discorre em artigos e diversas publicações sobre o tema, como nas obras *Os Rumos dos Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Paraná*, de (2001); *Uma experiência de trabalho ecológico e político correto: A Cooperativa Vitória no*

assentamento de reforma agrária (2000) e; por fim, *Desenvolvimento de Quintais Vivos em Assentamentos de Reforma Agrária* (2010).

Na unidade federativa gaúcha, destaca-se a universidade “E”, selecionada para examinar as ciências exatas, por meio da graduação em Matemática. Nesse curso, as áreas de estudo são, dentre outras: aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, estatística e cálculo. O desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade, da capacidade de investigação e da solução de problemas é enfatizado, e isso está presente em qualquer aspecto da vida cotidiana. A precisão e a linguagem rigorosa comuns à matemática contribuem para que essa área do conhecimento seja muito conceituada e respeitada. Com isso, os profissionais são admirados e valorizados em suas posições políticas e sociais e, por conseguinte, é mais uma área do saber em que o preconceito precisa ser dissipado, afinal, não há precisão científica no racismo.

Uma das disciplinas presentes na ementa é a de “Matemática Sociocultural”, que estuda a matemática à luz da antropologia e sociologia. Entre as referências básicas desse componente curricular, tem-se a obra *Etnomatemática em Movimento* (2012), dentre outros autores, de Gelsa Knijnik, professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). A autora discorre sobre a etnomatemática, cuja proposta central é “[...] que diferentes culturas têm maneiras diferentes de lidar com situações e problemas do cotidiano e de dar explicações sobre fatos e fenômenos naturais e sociais” (D’AMBROSIO, 2018, p. 189). Para combater o racismo e promover um ensino eficaz da matemática, o componente curricular “Laboratório de Educação Matemática” ensina a elaborar jogos matemáticos. Nesse sentido, pode-se pensar em jogos africanos como o Ntxuva, popular em Moçambique (BAQUETE, 2020), e a geometria Sona (Lusona), desenhos feitos em areia, tradicionais em Angola (OLIVEIRA, 2015).

No que se refere a autorias representativas para as pessoas negras, há de se pensar em três doutoras, professoras e pesquisadoras do ensino superior público: Eliza Maria Veras da Silva; Manuela da Silva Souza e Josefa Itailma Rocha. Silva é considerada a primeira professora do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal da Bahia, e pode ser integrada harmoniosamente no componente curricular denominado História da Matemática, que visa, dentre outros, estudar a contribuição de povos não europeus. Por conseguinte Souza, também baiana, está em exercício na Universidade Federal da Bahia e atua no campo da álgebra, especificamente das funções polinomiais. Por fim, ainda no campo da álgebra, a potiguar (norte-rio-grandense) Rocha é professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba. Dessa forma, os estudantes podem

perceber que, dadas as condições sociais e econômicas adequadas, não haveria tamanha disparidade de representação em qualquer campo do saber, tal como observado na seara das ciências exatas.

Na ementa da Universidade “F”, averigua-se o campo do saber das Ciências Sociais Aplicadas. Nessa área, a questão racial tem sido enquadrada dentro dos parâmetros legais por meio da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais. Contudo, no que tange a uma reconfiguração curricular, poder-se-ia repensar uma contribuição do direito dos países africanos à disciplina de Direito Comparado, que é extremamente relevante por proporcionar aos futuros membros do judiciário um conhecimento sobre as legislações dos países africanos.

Essa inserção no currículo se faz oportuna, uma vez que na ementa há comparações da Constituição Federal Brasileira com normativas de países como Reino Unido, Estados Unidos, França e Rússia, abrangendo os continentes americano, europeu e asiático, mas sem mencionar nenhum país africano. Questiona-se, então, o motivo da exclusão das legislações desses países africanos, que poderiam agregar ao legislador brasileiro como base para o direito brasileiro. Com essa possibilidade de reestruturação, busca-se apresentar que há consolidação e fundamentação jurídica nos países africanos, promovendo políticas públicas curriculares de inserção social do negro à sociedade, por meio de uma reconstituição teórica no âmbito jurídico, que irá implicar, gradativamente, nas decisões dos juízes e tribunais brasileiros.

Há de se pontuar, ainda, para a ementa do curso de Direito da Universidade “F”, nomes representativos para o campo das ideias jurídicas, que podem ser inseridos na disciplina História do Direito, a saber: Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882); José Rubino de Oliveira (1837-1891); Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921); e Antônio Ferreira Cesarino Júnior (1906-1992). Todos esses autores têm em comum a notoriedade jurídica de seus trabalhos, alcançaram distintos e renomados postos na sociedade brasileira e estudaram no principal centro de formação em direito do Brasil, a prestigiada faculdade do Largo de São Francisco, pertencente à Universidade de São Paulo.

Apenas por seus desempenhos profissionais, esses autores deveriam ser contemplados na ementa da Universidade em pauta, todavia, há ainda o fato destacável aqui de serem autores negros, elemento vital para demonstrar à sociedade que a cor da pele não tem relação com a capacidade intelectual. Ademais, eles servem de inspiração para jovens estudantes do poder judiciário, de pessoas que utilizaram de suas influências sociais para atenuar preconceitos raciais.

Na universidade “G”, a graduação em Letras, inserida na área de conhecimento de Linguística, Letras e Artes, destaca-se pela inclusão da Literatura Africana como disciplina específica, porém restrita aos componentes optativos, ou seja, sem garantia de escolha pelo estudante. As disciplinas

sobre a temática são optativas e referem-se às nações de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau, Moçambique e Angola, mas sem destaque a seus autores, apenas fazendo menção ao estudo da literatura desses países.

Na oferta curricular para os estudantes, destaca-se a disciplina de Estudos Avançados de Literatura Africana em Língua Portuguesa, com uma carga horária de 60 horas. No entanto, em virtude da ausência de destaque aos autores negros, poder-se-ia pensar em, no mínimo, dois nomes influentes nacionalmente, que poderiam servir de inspiração aos estudantes e, com isso, oportunizar condições de equidade.

Um desses autores é Domício Proença Filho, professor aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em letras e livre-docente em literatura brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina, e possui mais de 60 publicações. Foi o segundo negro a ocupar a presidência da Academia Brasileira de Letras (biênio 2016/2017), sucedendo Machado de Assis. A segunda referência para um currículo equitativo está em Maria da Conceição Evaristo de Brito, mineira, doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense, professora da rede básica fluminense com publicações de impacto no Brasil, na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos, trajetória que a consolidou como candidata para a Academia Brasileira de Letras.

Na Universidade “H”, o foco recai sobre as áreas de Ciências Biológicas, representadas aqui pela Biologia. No curso da referida instituição, tanto os componentes curriculares obrigatórios quanto os optativos abrangem diversos campos no que se refere ao desenvolvimento celular: evolutiva, molecular, tecidual e estrutural. Há, desse modo, inúmeros autores para contribuir nessas áreas e uma destas pessoas é Simone Maia Evaristo. A autora não está presente no Projeto Pedagógico da instituição, porém, é essencial para os assuntos das ciências biológicas e para o processo de decolonização do currículo de Biologia. Evaristo é mestra pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), presidente da Associação Nacional de Citologia (Anacito), docente e pesquisadora da Seção Integrada de Tecnologia em Citopatologia da Divisão de Patologia do Instituto Nacional do Câncer (Inca). Estuda a citotecnologia, técnica de diagnóstico para doenças como câncer.

Em síntese, a fim de enfatizar o exposto anteriormente, eis os autores negros apresentados nesta pesquisa, seguidos de suas respectivas áreas do saber: Milton Santos e Lélia de Almeida Gonzalez nas ciências humanas; Viviane dos Santos Barbosa nas engenharias; Juliano Moreira nas ciências da saúde; Elson Borges dos Santos nas ciências agrárias; Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, Manuela da Silva Souza e Josefa Itailma da Rocha nas ciências matemáticas; Luiz Gonzaga Pinto da Gama,

José Rubino de Oliveira, Pedro Augusto Carneiro Lessa e Antônio Ferreira Cesarino Júnior nas ciências sociais aplicadas; Domício Proença Filho e Maria da Conceição Evaristo de Brito em Linguística, Letras e Artes; e Simone Maia Evaristo nas ciências biológicas.

Esses autores negros, mencionados brevemente em suas respectivas áreas de atuação, representam apenas uma amostra dos intelectuais que poderiam contribuir significativamente para uma sociedade mais justa e equitativa. Não se faz necessário salientar que são apenas algumas ilustrações de muitos outros profissionais altamente capacitados em suas respectivas searas, com abrangência nacional e internacional. Assim, é importante questionar a ausência desses intelectuais nos currículos das universidades, considerando que suas pesquisas são vitais para o desenvolvimento do país.

Considerações Finais

Esta pesquisa buscou contribuir para o entendimento de que o racismo é uma realidade no Brasil. Analisou-se, assim, a ausência de pessoas negras ilustres em oito áreas do saber, a fim de apontar que essa ausência de representatividade nas ementas não é resultado de inaptidão, mas sim de discriminação. Os resultados da pesquisa sugerem que, para construir uma sociedade mais justa e menos racista, é necessário combater o racismo estrutural, que se manifesta em diferentes esferas da vida social e de modo específico no currículo universitário brasileiro.

O Brasil é um país marcado por uma história de racismo e desigualdade racial, fato que reafirma a necessidade constante de combater o racismo de forma ampla e consistente. Por conseguinte, os resultados desta pesquisa estão enveredados para um caminho de esperança, se puderem contribuir, juntamente com outras da mesma perspectiva, para uma compreensão de que a falta de representação do negro nas áreas do saber não ocorre por inaptidão e sim condição, e uma vez dada esta condição haverá uma sociedade mais justa e menos racista.

Quando uma sociedade não reconhece atos de racismo cotidianos e não há identificação de um grupo coeso, com organização e mobilidade política com reivindicações claras, há substancial dificuldade para criação de políticas públicas e afirmativas, com vistas à justiça social. Ressalte-se que esperar uma equidade social natural para dissipar o racismo, sem intervenções estatais, não se fundamenta, uma vez que transporia a responsabilidade para o âmbito privado. Com isso, o compromisso de se extirpar o racismo recairia sobre pessoas comuns.

Na perspectiva apresentada, compreende-se que o assunto das áreas do saber pode ser um direcionamento para se contribuir com a equidade entre negros e brancos no Brasil, estimulando-se,

Como construir um currículo negro?
Uma reflexão sobre a presença negra nas áreas do saber

com isso, novas pesquisas que demonstrem a importância das pessoas em seus respectivos campos de conhecimento, independente da sua cor de pele.

Referências

ARAÚJO, Natália Cristina Cabrera. **Práticas de ensino etnicorraciais no currículo em ação no Ensino Fundamental I**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11093?show=full. Acesso em: 6 maio 2022.

ARROYO, Miguel González. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 47-68, mar. 2015. DOI: doi.org/10.1590/0104-4060.39832. Disponível em: scielo.br/j/er/a/xYJBbBhyTpcKNjp5HpxZVht/?lang=pt#. Acesso em: 5 maio 2022.

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel González. **A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar**. In: GOMES, N. L. (org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 111-130.

BAQUETE, Calisto Samuel dos Remédios. “Jogos, lazer e repúdio”: conexões e identidades em Moçambique (1960-1984). **Africana Studia** - Edição do centro de estudos africanos da Universidade do Porto, n.º 34, p. 33-47, 2020.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in America**. Nova York: Rowman & Littlefield, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo. Editora Sumus, 2004.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter (org.). **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

D’AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática, justiça social e sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 189–204, set. 2018. DOI: doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0014. Disponível em: scielo.br/j/ea/a/FTmggx54SrNPL4FW9Mw8wqy/?lang=pt#. Acesso em: 7 maio 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVAO, Sarah Fantin de Oliveira. **Formação da identidade profissional das mulheres no ensino superior: currículo e relações culturais de gênero**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:

sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/21318/2/Sarah%20Fantin%20de%20Oliveira%20Leite%20Galv%C3%A3o.pdf. Acesso em: 6 maio 2022.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria**: revista de estudos de literatura, v. 9, p. 38-47, 2002. Disponível em: periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912/14702. Acesso em: 5 maio 2022.

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1015-1044 jul./set. 2019. DOI: doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1015-1044. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44232. Acesso em: 7 maio 2022.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 23, p. 75-85, maio/ago. 2003. DOI: doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006. Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 maio 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004. DOI: doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002. Disponível em: scielo.br/j/epsic/a/k7hJXVj7sSqf4sPRpPv7QDy/?lang=pt#. Acesso em: 5 maio 2022.

MOREIRA, Antônio Flavio; CANDAU, Vera Maria. **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. 2 ed. revista – São Paulo: Cortez, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (PENESB). Rio de Janeiro, 2003. Disponível em ufmg.br/inclusaosocial/?p=59. Acesso em: 9 abr. 2022.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007. DOI: doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015. Disponível em: scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?lang=pt. Acesso em: 5 maio 2022.

NOVA ESCOLA. **Quem foi Viviane dos Santos Barbosa?** 23 set. 2014. Disponível em: youtube.com/watch?v=i4DPTuAHkf0&t=79s. Acesso em: 1º maio 2022.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Brazilian Journal of Psychiatry**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-

279, 2000. DOI: doi.org/10.1590/S1516-44462000000400007. Disponível em: scielo.br/j/rbp/a/wzF5QyZ7pVvVVF5VqRHwSHf/?lang=pt#. Acesso em: 1º maio 2022.

OLIVEIRA, Carlos César. **Geometria Sona como proposta pedagógica para o ensino de matemática**. 2014. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2015. Disponível em: ppgmat.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/58/2016/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Carlos-C%C3%A9sar.pdf. Acesso em: 7 maio 2022.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, [online], n. 133, p. 413-431, 2018. DOI: doi.org/10.1590/0101-6628.151. Disponível em: scielo.br/j/ssoc/a/zxQfQVHgVLVdr8ZMvQRHMkz/?lang=pt#. Acesso em: 5 maio 2022.

PIZA, Suze; PANSARELLI, Daniel. Eurocentrismo e racismo ou em torno da periculosidade das teorias. **Problemata Revista Internacional de Filosofia**, [online], v. 8. n. 1, p. 271-287, 2017. DOI: doi.org/10.7443/problemata.v8i1.28060. Disponível em: periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/28060/17577. Acesso em: 1º maio 2022.

PRAXEDES. **Eurocentrismo e racismo nos clássicos da Filosofia**. São Paulo: Revista Espaço acadêmico, 2008.

ROSA, Allan Santos. **Imaginário, corpo e caneta: matriz afro-brasileira em educação de jovens e adultos**. São Paulo: FEUSP, 2009.

SACRISTAN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Thales Amaral. **Toda escola deveria ter uma parada do orgulho LGBTQIA+ que a ajudasse a sair do armário e a enfrentar o bullying com motivação LGBTfóbica**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36321/1/Thales%20Dissertacao%20PUBLICAC%CC%A7A%CC%83O.pdf. Acesso em: 6 maio 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, [online], v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994. DOI: doi.org/10.1590/S0103-40141994000100017. Disponível em: scielo.br/j/ea/a/Ry558zrk34rdnRxLywW8fmn/?lang=pt. Acesso em: 6 maio 2022.

SIMÕES JUNIOR, Roberto Carlos. **A nova história indígena e a educação para as relações étnico-raciais: construindo caminhos para sala de aula**. 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572390/2/roberto%20carlos%20simoes%20junior.pdf. Acesso em: 6 maio 2022.

SOUZA, Jessé. (Sub)cidadania e naturalização da desigualdade: um estudo sobre o imaginário social na modernidade periférica. *Revista de ciências sociais. Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, v. 22, n. 22, p. 67-96, 2005. Disponível em: periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6577. Acesso em: 5 maio 2022.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 15/06/2022
Aprovado em: 03/06/2024